



**CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO**  
**PESSOA JURIDICA**  
 Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

**CREA-MG**

**Nº 3013086/2023**

**Emissão: 17/04/2023**

**Validade: 31/03/2024**

**Chave: a6aWA**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais**

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada e seus responsáveis técnicos listados encontram-se registrados neste Conselho, nos Termos da Lei 5.194/66, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que a Empresa e seus responsáveis técnicos listados não se encontram em débito com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, estando a Empresa habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(veis) técnico(s).

**Interessado(a)**

Empresa: CENTURY TELECOM LTDA

CNPJ: 01.492.641/0001-73

Registro: 0000085191

Categoria: Matriz

Capital Social: R\$ 5.751.294,00

Data do Capital: 10/08/2022

Faixa: 6

Objetivo Social Pleno: A Sociedade tem por objeto social a prestação de serviços de telecomunicações sob a modalidade de serviço de comunicação multimídia (SCM), a prestação de serviços de telefonia fixa comutada (STFC), a prestação de serviços de voz sobre protocolo internet (VoIP), a prestação de serviços de valor adicionado (SVA), como suporte técnico de rede, suporte técnico de segurança e proteção de ataques Ddos (backbone), e também a locação de equipamentos.

Objetivo Social Restrito as Atividades Profissionais Fiscalizadas pelo Sistema Confea/CREA:

Endereço Matriz: RUA TENENTE GARRO, 118, 14o ANDAR, SANTA EFIGENIA, BELO HORIZONTE, MG, 30240360

Tipo de Registro: REGISTRO DEFINITIVO DE EMPRESA

Data Inicial: 31/01/2003

Data Final: Indefinido

Registro Regional: 030568

**Descrição**

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

**Informações / Notas**

- A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

**Última Anuidade Paga**

Ano: 2023 (1/1)

**Autos de Infração**

Nada consta

**Responsáveis Técnicos**

Profissional: ALONSO DE OLIVEIRA GOMES

Registro: 1403724776

CPF: 013.\*\*\*.\*\*\*-39

Data Início: 28/11/2006

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

ENGENHEIRO EM ELETRÔNICA

Atribuição: ARTIGOS 8 E 9 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.1973, DO CONFEA. // ARTIGOS 8 E 9 DA RESOLUCAO 218/73 E RESOLUCAO 427 DE 05/03/99, AMBAS DO CONFEA.

ENGENHEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES

Atribuição: ARTIGOS 8 E 9 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.1973, DO CONFEA. // ARTIGOS 8 E 9 DA RESOLUCAO 218/73 E RESOLUCAO 427 DE 05/03/99, AMBAS DO CONFEA.

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO





**CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO**  
**PESSOA FÍSICA**  
 Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

**CREA-MG**

**Nº 3013088/2023**

**Emissão: 17/04/2023**

**Validade: 31/03/2024**

**Chave: 4dBd4**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais**

CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o(a) interessado(a) não se encontra em débito com o CREA-MG.

**Interessado(a)**

Profissional: ALONSO DE OLIVEIRA GOMES

Registro: 1403724776

CPF: 013.\*\*\*.\*\*\*-39

Endereço: \*\*\*\*\*

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)

Data de registro: 04/05/2005

**Título(s)**

**GRADUAÇÃO**

ENGENHEIRO EM ELETRÔNICA

Atribuição: ARTIGOS 8 E 9 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.1973, DO CONFEA. // ARTIGOS 8 E 9 DA RESOLUCAO 218/73 E RESOLUCAO 427 DE 05/03/99, AMBAS DO CONFEA.

Data de Formação: 06/08/2004

ENGENHEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES

Atribuição: ARTIGOS 8 E 9 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.1973, DO CONFEA. // ARTIGOS 8 E 9 DA RESOLUCAO 218/73 E RESOLUCAO 427 DE 05/03/99, AMBAS DO CONFEA.

Data de Formação: 06/08/2004

**Descrição**

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

**Informações / Notas**

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válido em todo território nacional.

**Última Anuidade Paga**

Ano: 2023 (1/1)

**Autos de Infração**

Nada consta

**Responsabilidades Técnicas**

Empresa: CENTURY TELECOM LTDA

Registro: 0000085191

CNPJ: 01.492.641/0001-73

Data Início: 28/11/2006

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Empresa: SL7 TELECOMUNICACOES - EIRELI

Registro: 62222

CNPJ: 30.544.219/0001-12

Data Início: 24/09/2018

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Empresa: LINK SETE SERVICOS DE INTERNET E REDES LTDA

Registro: 0000016411

CNPJ: 07.165.786/0001-46

Data Início: 18/06/2009

Data Fim: Indefinido





**CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO**  
**PESSOA FÍSICA**  
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

**CREA-MG**

**Nº 3013088/2023**

**Emissão: 17/04/2023**

**Validade: 31/03/2024**

**Chave: 4dBd4**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais**

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO

---



## ANEXO I

### TERMO PVST / SPV N.º 149/2003 – ANATEL

#### **TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA, DE INTERESSE COLETIVO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL E BIS TELECOM LTDA.**

Pelo presente instrumento, de um lado a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL, doravante denominada ANATEL, entidade integrante da UNIÃO, nos termos da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, Lei Geral de Telecomunicações - LGT, com CNPJ/MF nº 02.030.715/0001-12, ora representada pelo seu Presidente LUIZ GUILHERME SCHYMURA DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 04 971 252-4/IFP-RJ e CPF/MF nº 810.878.107-87, em conjunto com o Conselheiro LUIZ ALBERTO DA SILVA, brasileiro, casado, advogado, RG nº 322.597-SSP/DF e CPF/MF nº 001.265.786-72, e de outro BIS TELECOM LTDA, CNPJ/MF nº 01.492.641/0001-73, ora representada por sua Procuradora, ADRIANA MOURÃO NOGUEIRA, brasileira, solteira, advogada, RG nº 16.718-OAB/DF e CPF/MF nº 851.227.426-34, doravante denominada AUTORIZADA, celebram o presente TERMO DE AUTORIZAÇÃO, Ato nº 40.358, Processo Anatel nº 53500.000545/2003, que será regido pelas seguintes regras e condições:

#### **Capítulo I - Do Serviço Autorizado, da Área de Prestação e do Valor da Autorização**

1.1. O presente Termo ratifica, nos termos do Ato supracitado, a autorização expedida à empresa BIS TELECOM LTDA, acima qualificada, para prestação, em regime privado, do Serviço de Comunicação Multimídia, de interesse coletivo, sem caráter de exclusividade, doravante denominado SCM.

1.1.1. O SCM é o serviço fixo de telecomunicações que possibilita a oferta, em âmbito nacional e internacional, de capacidade de transmissão, emissão e recepção de informações multimídia utilizando quaisquer meios, a assinantes dentro de uma área de prestação de serviço.

1.1.1.1. Entende-se por assinante a pessoa natural ou jurídica que possui vínculo contratual com a AUTORIZADA, para a fruição do SCM.

1.2. Este Termo não confere à AUTORIZADA nenhum direito ou prerrogativa de exclusividade, nem privilégio na exploração do SCM.



*[Handwritten signatures and initials]*

1.3. A Autorização objeto deste Termo, tem como área de prestação de serviço todo o território nacional e é expedida por prazo indeterminado.

1.4. O valor da Autorização para exploração do SCM é de R\$ 9.000,00 (nove mil reais)

## Capítulo II – Da Legislação Aplicável

2.1. Regem a presente Autorização, sem prejuízo das demais normas integrantes do ordenamento jurídico brasileiro, a Lei nº 9.472/97, e a regulamentação dela decorrente. A AUTORIZADA deverá observar as condições estabelecidas nas leis, regulamentos, normas e planos aplicáveis ao serviço, entre elas:

- a) Decreto nº 2.617, de 5 de junho de 1998;
- b) Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 73, de 25 de novembro de 1998;
- c) Regulamento para Apuração de Controle e de Transferência de Controle em Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 101, de 4 de fevereiro de 1999;
- d) Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução nº 272, de 9 de agosto de 2001;
- e) Súmula nº 006, de 24 de janeiro de 2002;
- f) Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 259, de 19 de abril de 2000;
- g) Regulamento Geral de Interconexão, aprovado pela Resolução nº 40, de 23 de julho de 1998;
- h) Regulamento sobre Procedimentos de Contratação de Serviços e Aquisição de Equipamentos ou Materiais pelas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 155, de 16 de agosto de 1999;

2.1.1. Os demais instrumentos normativos aplicáveis aos serviços substituídos pelo SCM, permanecem em vigor até que sejam substituídos, nos termos do art. 214 da Lei Geral de Telecomunicações – LGT, naquilo que não conflitarem com a Regulamentação do SCM.

## Capítulo III - Dos Direitos e Condicionamentos da AUTORIZADA

3.1. A AUTORIZADA tem direito à livre exploração do serviço objeto deste Termo, prestado em regime privado e no interesse coletivo, devendo observar os direitos e condicionamentos estabelecidos nos Capítulos II e III do Título II do Regulamento dos Serviços de Telecomunicações e na regulamentação específica do serviço.

3.2. É vedado à AUTORIZADA condicionar a oferta do SCM à aquisição de qualquer outro serviço ou facilidade, oferecido por seu intermédio ou de suas coligadas, controladas ou controladoras, ou condicionar vantagens ao assinante à compra de outras aplicações ou de serviços adicionais ao SCM, ainda que por terceiros.



Handwritten signatures and initials, including 'AM' and 'JN'.

3.2.1. A AUTORIZADA poderá, a seu critério, conceder descontos, realizar promoções, reduções sazonais e reduções em períodos de baixa demanda, entre outras, desde que o faça de forma não discriminatória e segundo critérios objetivos.

3.3. A AUTORIZADA não pode impedir, por contrato ou por qualquer outro meio, que o assinante seja servido por outras redes ou serviços de telecomunicações.

3.4. É vedado à AUTORIZADA efetuar a transmissão, emissão e recepção de informações de qualquer natureza que possam configurar a prestação de Serviço de Radiodifusão ou de Serviço de TV a Cabo, Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS) ou Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH), assim como fornecer sinais de vídeo e áudio, de forma irrestrita e simultânea para os assinantes, na forma e condições previstas na regulamentação daqueles serviços.

3.4.1. Na prestação do SCM é permitido o fornecimento do transporte de sinais de vídeo e áudio, de forma não permanente e por meio de contrato específico ou pelo pagamento por evento, como transmissão de TV Executiva, videoconferências, transporte de sinais de empresas produtoras ou distribuidoras de programação para prestadoras de Serviços de Radiodifusão ou de serviços de TV a Cabo, MMDS e DTH e transmissão de programação entre estações de radiodifusão.

3.4.2. Na prestação do SCM não é admitido que o sinal transportado seja recebido direta e livremente pelo público em geral como o do Serviço de Radiodifusão, ou seja distribuído de forma simultânea para os assinantes, como o dos serviços de TV a Cabo, MMDS e DTH.

3.5. Na prestação do SCM não é permitida a oferta de serviço com as características do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC), em especial o encaminhamento de tráfego telefônico por meio da rede de SCM simultaneamente originado e terminado nas redes do STFC.

3.6. A AUTORIZADA deverá observar os parâmetros de qualidade estabelecidos na regulamentação e no contrato celebrado com o assinante, pertinentes à prestação do serviço e à operação da rede.

3.7. A AUTORIZADA deverá prestar à Anatel, sempre que solicitado, informações técnico-operacionais ou econômicas, em particular as relativas ao número de assinantes e à área de cobertura e aos valores aferidos pela AUTORIZADA em relação aos parâmetros indicadores de qualidade, bem como franquear aos representantes da Anatel o acesso às suas instalações ou à documentação quando solicitado.

3.7.1. A Anatel dispensará tratamento confidencial, quando for o caso, às informações prestadas, nos termos do artigo 39, da Lei n.º 9.472, de 1997 e do artigo 64, do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto 2.338, de 1997.

3.8. Na contratação de serviços e na aquisição de equipamentos e materiais vinculados ao serviço objeto deste Termo, a AUTORIZADA se obriga a considerar ofertas de fornecedores independentes, inclusive os nacionais, e basear suas decisões, com respeito às diversas ofertas apresentadas, no cumprimento de critérios objetivos de preço, condições de entrega e especificações técnicas estabelecidas na regulamentação pertinente.



*[Handwritten signatures and initials]*

3.8.1. Na contratação em questão, aplicam-se os procedimentos do Regulamento sobre Procedimentos de Contratação de Serviços e Aquisição de Equipamentos ou Materiais pelas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.º 155 da Anatel, de 5 de agosto de 1999.

3.9. A AUTORIZADA compromete-se ao pagamento dos encargos decorrentes da exploração do SCM, dentre outros, as Taxas de Fiscalização de Instalação e de Funcionamento, o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações e o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, nos termos da regulamentação.

3.10. No caso de adaptação, nos termos do art. 68 do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, a AUTORIZADA está obrigada ao cumprimento dos compromissos assumidos perante os seus usuários, em data anterior à assinatura deste Termo, observadas as condições dos contratos firmados e as obrigações estabelecidas neste Termo, prevalecendo, em caso de conflito, o que for favorável ao usuário.

3.10.1. A AUTORIZADA está obrigada, especialmente, à manutenção do contrato de prestação do serviço substituído, pelo seu prazo de vigência.

#### Capítulo IV - Dos Direitos e Deveres dos Assinantes

4.1. O assinante do SCM tem direito, sem prejuízo do disposto na legislação aplicável:

- I – de acesso ao serviço, mediante contratação junto a AUTORIZADA;
- II – ao tratamento não discriminatório quanto às condições de acesso e fruição do serviço;
- III – à informação adequada sobre condições de prestação do serviço, em suas várias aplicações, facilidades adicionais contratadas e respectivos preços;
- IV – à inviolabilidade e ao segredo de comunicação, respeitadas as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações;
- V – ao conhecimento prévio de toda e qualquer alteração nas condições de prestação do serviço que lhe atinja direta ou indiretamente;
- VI – ao cancelamento ou interrupção do serviço prestado, a qualquer tempo e sem ônus adicional;
- VII – a não suspensão do serviço sem sua solicitação, ressalvada a hipótese de débito diretamente decorrente de sua utilização ou por descumprimento de deveres constantes do artigo 4º da Lei nº 9.472, de 1997;
- VIII – ao prévio conhecimento das condições de suspensão e cessação do serviço;
- IX – ao respeito de sua privacidade nos documentos de cobrança e na utilização de seus dados pessoais pela AUTORIZADA;
- X – de resposta eficiente e pronta às suas reclamações, pela AUTORIZADA;
- XI – ao encaminhamento de reclamações ou representações contra a AUTORIZADA, junto à Anatel ou aos organismos de defesa do consumidor;
- XII – à reparação pelos danos causados pela violação dos seus direitos;
- XIII – à substituição do seu código de acesso, se for o caso, nos termos da regulamentação;



AM  
P. 7 10

XIV – a não ser obrigado ou induzido a adquirir bens ou equipamentos que não sejam de seu interesse, bem como a não ser compelido a se submeter a qualquer condição, salvo diante de questão de ordem técnica, para recebimento do serviço, nos termos da regulamentação;

XV – a ter restabelecida a integridade dos direitos relativos à prestação dos serviços, a partir da purgação da mora, ou de acordo celebrado com a AUTORIZADA, com a imediata exclusão de informação de inadimplência sobre ele anotada;

XVI – a ter bloqueado, temporária ou permanentemente, parcial ou totalmente, o acesso a comodidades ou utilidades solicitadas;

XVII – à continuidade do serviço pelo prazo contratual;

XVIII – ao recebimento de documento de cobrança com discriminação dos valores cobrados.

4.1.1 No caso de adaptação, nos termos do art. 68 do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, o assinante tem direito, sem prejuízo dos demais já enumerados:

I – a manutenção do contrato de prestação do serviço substituído, pelo seu prazo de vigência;

II – a opção pelo encerramento do contrato de prestação do serviço substituído e contratação do novo serviço;

4.2. O assinante do SCM têm os seguintes deveres, dentre outros:

I – utilizar adequadamente o serviço, os equipamentos e as redes de telecomunicações;

II – preservar os bens da AUTORIZADA e aqueles voltados à utilização do público em geral;

III – efetuar o pagamento referente à prestação do serviço, observadas as disposições estabelecidas no Regulamento do Serviço;

IV – providenciar local adequado e infra-estrutura necessários à correta instalação e funcionamento de equipamentos da AUTORIZADA, quando for o caso;

V – somente conectar à rede da AUTORIZADA, terminais que possuam certificação expedida ou aceita pela Anatel.

## Capítulo V - Das Prerrogativas da ANATEL

5.1. A Anatel poderá impor condicionamentos à prestação do SCM, nos termos do art. 128 da LGT.

5.2. A Anatel poderá determinar que a AUTORIZADA faça cessar imediatamente as transmissões de qualquer estação de telecomunicações que esteja causando interferência prejudicial nos serviços de telecomunicações regularmente instalados, até que seja erradicada a causa da interferência.

5.3. A Anatel poderá fazer realizar pesquisa de satisfação dos assinantes do serviço prestado pela AUTORIZADA, divulgando os resultados à sociedade.



## Capítulo VI - Das Condições de Exploração do Serviço

Handwritten signatures and initials, including 'AM' and 'JB', and a small number '5' at the bottom.



6.1. A AUTORIZADA deverá iniciar a exploração comercial do serviço no prazo de dezoito meses, contado a partir da data de publicação do ato de autorização para a prestação do serviço no Diário Oficial da União - D.O. U.

6.1.1. O prazo previsto nesta cláusula poderá ser prorrogado uma única vez, por no máximo doze meses, se as razões apresentadas para tanto forem julgadas relevantes pela Anatel.

6.1.2. O prazo para início da operação comercial do serviço, quando este depender de sistema radioelétrico próprio, será contado a partir da data de publicação do ato de autorização de uso de radiofrequência no D.O.U.

6.1.3. No caso de adaptação, nos termos do art. 68 do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia a AUTORIZADA obedecerá as seguintes regras:

6.1.3.1. A AUTORIZADA que já tiver iniciado a exploração comercial do serviço não poderá interrompê-la em função da adaptação.

6.1.3.2. A AUTORIZADA que, quando da publicação do seu Ato de Adaptação, ainda não tiver iniciado a exploração comercial do serviço, deverá fazê-lo dentro do prazo previsto no Termo de Autorização do serviço que está sendo adaptado.

6.1.3.3. A adaptação será efetuada assegurando, se for o caso, o direito de uso de radiofrequência pelo prazo remanescente do antigo instrumento de autorização, mantida a possibilidade de prorrogação.

6.2. As condições para outorga de autorização e coordenação de uso de radiofrequências estão estabelecidas no Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 259, de 19 de abril de 2001.

6.3. A AUTORIZADA deverá, num prazo máximo de cento e oitenta dias a partir do ato de autorização, entregar à Anatel um resumo do Projeto de Instalação, como condição para a emissão de autorização para instalação do sistema.

6.3.1. O Projeto de Instalação deverá ser compatível com o Projeto Básico anexo a este Termo de Autorização.

6.3.2. O resumo do Projeto de Instalação será apostado ao presente Termo de Autorização, entendido como um complemento ao Projeto Básico.

6.3.3. No caso de adaptação, nos termos do art. 68 do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia a AUTORIZADA deverá, em um prazo máximo de cento e oitenta dias a partir da data de publicação do Ato de Adaptação, apresentar à Anatel um resumo do Projeto de Instalação, na forma prevista no Anexo III do Regulamento do SCM.

6.4. A AUTORIZADA nesta qualidade não terá direito adquirido à manutenção das condições existentes na data de assinatura deste Termo, devendo inclusive observar os novos condicionamentos que venham a ser impostos por lei ou pelos regulamentos a serem editados pela Anatel, nos prazos estabelecidos na regulamentação.

6.5. Cabe à AUTORIZADA quando da instalação de estação:



Handwritten signature and initials, including the number 6, at the bottom right of the page.

I - observar as posturas municipais e outras exigências legais pertinentes, quanto a edificações, torres e antenas, bem como a instalação de linhas físicas em logradouros públicos;

II - assegurar que a instalação de suas estações esteja em conformidade com a regulamentação pertinente;

III - obter a consignação da radiofrequência necessária, caso não utilize apenas meios confinados ou meios de terceiros.

6.6. A AUTORIZADA é responsável, perante o assinante e a Anatel, pela exploração e execução do serviço.

6.6.1. A AUTORIZADA será integralmente responsável pela exploração e execução do serviço perante o assinante, inclusive quanto ao correto funcionamento da rede de suporte ao serviço, mesmo que esta seja de propriedade de terceiros, sendo-lhe garantido, neste caso, direito de regresso.

6.6.2. A responsabilidade da AUTORIZADA perante a Agência compreenderá igualmente o correto funcionamento da rede de suporte à prestação do serviço, inclusive nos casos em que esta seja de propriedade de terceiros.

6.7. É assegurado aos interessados o uso das redes de suporte do SCM para provimento de serviços de valor adicionado (SVA), de forma não discriminatória e a preços e condições justos e razoáveis.

6.7.1. A Anatel deverá estabelecer regras que assegurem a utilização das redes de SCM para suporte ao provimento de SVA, dispondo também sobre o relacionamento entre provedores destes serviços e prestadoras do SCM, conforme previsto no § 2º do art. 61, da Lei nº 9.472, de 1997.

6.8. A AUTORIZADA tem direito ao uso de redes ou de elementos de redes de outras prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, de forma não discriminatória e a preços e condições justos e razoáveis.

6.8.1. A AUTORIZADA deve possibilitar o uso de suas redes ou de elementos dessas redes a outras prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, de forma não discriminatória e a preços e condições justos e razoáveis.

6.9. A remuneração pelo uso de redes deve ser livremente pactuada entre a AUTORIZADA e as demais prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo.

6.10. Na prestação do SCM é vedada a utilização de equipamentos sem certificação expedida ou aceita pela Agência, quando esta for exigida pela regulamentação.

6.11. São parâmetros de qualidade para o SCM, sem prejuízo de outros que venham a ser definidos pela Anatel:

I - o fornecimento do transporte de sinais respeitando as características estabelecidas na regulamentação;

II - a disponibilidade do serviço nos índices contratados;



Handwritten signature and initials, including 'AM' and 'JB'.

- III - a emissão de sinais eletromagnéticos nos níveis estabelecidos em regulamentação;
- IV - a divulgação de informações aos seus assinantes, de forma inequívoca, ampla e com antecedência razoável, quanto a alterações de preços e condições de fruição do serviço;
- V - a rapidez no atendimento às solicitações e reclamações dos assinantes;
- VI - o número de reclamações contra a AUTORIZADA;
- VII - o fornecimento das informações necessárias à obtenção dos indicadores de qualidade do serviço, de planta, bem como os econômico-financeiros, de forma a possibilitar a avaliação da qualidade na prestação do serviço.

6.12. Devem constar do contrato de prestação do serviço com o assinante:

- I - os direitos e deveres da AUTORIZADA;
- II - os direitos e deveres dos assinantes;
- III - o número do Centro de Atendimento ao Assinante, bem como o endereço eletrônico da AUTORIZADA na Internet, onde o usuário possa encontrar informações sobre o serviço, inclusive especificações para conexão de terminais de telecomunicações a redes de suporte;
- IV - o endereço da Anatel, bem como o endereço eletrônico de sua biblioteca, onde as pessoas poderão encontrar cópia integral do regulamento do serviço;
- V - o telefone da Central de Atendimento da Anatel;
- VI - os parâmetros de qualidade do serviço, dispostos no item 6.11 deste Termo de Autorização.

6.13. A AUTORIZADA deve manter um centro de atendimento telefônico para seus assinantes, com discagem direta gratuita durante vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana.

6.14. Em caso de interrupção ou degradação da qualidade do serviço, a AUTORIZADA deve descontar da assinatura o valor proporcional ao número de horas ou fração superior a trinta minutos.

6.14.1. A necessidade de interrupção ou degradação do serviço por motivo de manutenção, ampliação da rede ou similares deverá ser amplamente comunicada aos assinantes que serão afetados, com antecedência mínima de uma semana, devendo os mesmos terem um desconto na assinatura à razão de 1/30 (um trinta avos) por dia ou fração superior a quatro horas.

6.14.2. A interrupção ou degradação do serviço por mais de três dias consecutivos e que atinja mais de dez por cento dos assinantes deverá ser comunicada à Anatel com uma exposição dos motivos que a provocaram e as ações desenvolvidas para a normalização do serviço e para a prevenção de novas interrupções.

6.14.3. A AUTORIZADA não será obrigada a efetuar o desconto se a interrupção ou degradação do serviço ocorrer por motivos de caso fortuito ou de força maior, cabendo-lhe o ônus da prova.

## Capítulo VII – Das Disposições sobre Interconexão



Handwritten signature and initials, including 'AM' and '8'.

7.1. É obrigatória, quando solicitada, a interconexão entre as redes de suporte do SCM e entre estas e as redes de outros serviços de telecomunicações de interesse coletivo, observado o disposto na Lei nº 9.472, de 1997 e no Regulamento Geral de Interconexão, aprovado pela Resolução nº 40, de 23 de julho de 1998.

## Capítulo VIII – Da Vinculação às Normas Gerais de Proteção à Ordem Econômica

8.1. A AUTORIZADA compromete-se a prestar o serviço ora autorizado em estrita conformidade com as normas que coíbam o abuso do poder econômico sem prejudicar a livre concorrência, não aumentando arbitrariamente os lucros ou exercendo abusivamente posição dominante no mercado.

8.1.1. Diante de situação concreta ou de reclamação fundamentada sobre abuso de preço, imposição de condições contratuais abusivas, tratamento discriminatório ou práticas tendentes a eliminar deslealmente a competição, a Anatel poderá, após análise, assegurado o direito à prévia e ampla defesa à AUTORIZADA, determinar a implementação das medidas cabíveis, sem prejuízo de o reclamante representar o caso perante outros órgãos governamentais competentes.

## Capítulo IX – Das Formas de Contraprestação pelo Serviço Prestado

9.1. A AUTORIZADA deverá estabelecer os preços relativos à prestação do SCM de forma justa e não discriminatória, competindo à Anatel a repressão às práticas comerciais abusivas e ao abuso do poder econômico.

9.2. A AUTORIZADA deve, nos termos do Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, atender com prioridade o Presidente da República, seus representantes protocolares, sua comitiva e pessoal de apoio, bem como os Chefes de Estado estrangeiros, quando em visitas ou deslocamentos oficiais pelo território brasileiros, tornando disponíveis, mediante remuneração, os meios necessários à adequada comunicação destas autoridades.

9.3. É dever da AUTORIZADA assegurar o acesso gratuito dos seus assinantes aos serviços de emergência, na forma da regulamentação.

9.4. É dever da AUTORIZADA colocar a disposição das autoridades e dos agentes da defesa civil, nos casos de calamidade pública, todos os meios, sistemas e disponibilidades que lhe forem solicitados com vista a dar-lhes suporte ou a amparar as populações atingidas, na forma da regulamentação.

## Capítulo X - Da Transferência

10.1. A transferência da autorização para exploração de SCM e da autorização para uso de radiofrequência a ele associada exige prévia anuência da Anatel, observadas as exigências regulamentares.

10.2. A transferência da autorização somente poderá ser efetuada após três anos contados do início efetivo da operação comercial do serviço.



Handwritten signature and initials, including "AM" and "JO".

10.2.1. No caso de adaptação, nos termos do art. 68 do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, será computado, para efeito do disposto no item 10.2, o tempo de operação anterior a essa adaptação.

10.3. Para transferência da autorização do SCM, a interessada deve:

I – atender às exigências compatíveis com o serviço a ser prestado, em relação à qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, habilitação jurídica e regularidade fiscal, apresentando a documentação enumerada no Anexo I do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia;

II – apresentar declaração firmada por seu representante legal, comprometendo-se a cumprir todas as cláusulas do termo de autorização em vigor, sub-rogando-se nos direitos e obrigações da primitiva autorizada.

10.4. A transferência da autorização entre empresas controlada e controladora entre si e nos casos decorrentes de cisão, será efetivada pela Anatel a qualquer momento, mediante solicitação das partes interessadas e com observância do disposto na cláusula 10.3.

10.5. A transferência da autorização para exploração do SCM estará sujeita a cobrança de preço público, pela Anatel.

10.6. A transferência do controle societário da AUTORIZADA está sujeita à posterior aprovação pela Anatel, visando a manutenção das condições de autorização ou de outras condições previstas na regulamentação, devendo a AUTORIZADA enviar à Agência, no prazo de até sessenta dias contados da data de registro no órgão competente, requerimento contendo sua composição societária anterior, a operação efetuada e o quadro resultante da operação, além da documentação prevista na regulamentação do SCM.

10.6.1. As alterações societárias ou de controle que necessitem de aprovação por parte da Anatel deverão incluir, no instrumento legal que as formalize, cláusula determinando que tal alteração está condicionada à aprovação da Agência.

10.7. A transferência da autorização ou do controle societário da AUTORIZADA não será admitida se prejudicar a competição ou colocar em risco a execução dos compromissos assumidos, observadas as normas gerais de proteção à ordem econômica e, especialmente, o artigo 7º da Lei n.º 9.472, de 1997.

10.8. A transformação do tipo societário e a modificação da denominação social da AUTORIZADA e de suas sócias diretas e indiretas, deverão ser comunicadas à Agência, no prazo de vinte dias, após o registro do ato no órgão competente.

10.9. Os acordos de sócios, que regulam as transferências de quotas e ações, bem como o exercício do direito de voto, da AUTORIZADA e os de suas sócias diretas e indiretas, deverão ser encaminhados à Agência em até quinze dias, após o registro no órgão competente.



## Capítulo XI – Das Disposições sobre Fiscalização

Handwritten signature and the number 10.

11.1. A AUTORIZADA fica sujeita à fiscalização da Anatel, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, devendo, quando lhe for exigido, prestar contas da gestão, permitindo o livre acesso aos seus recursos técnicos e registros contábeis.

11.2. A AUTORIZADA poderá indicar preposto para acompanhar os agentes da fiscalização nas suas visitas, inspeções e atividades.

## Capítulo XII - Das Sanções

12.1. O descumprimento de disposições legais e regulamentares, bem como de condições ou de compromissos associados à autorização, sujeitará a AUTORIZADA às sanções previstas na regulamentação, assegurado o direito à prévia e ampla defesa.

12.2. Sem prejuízo de outras situações estabelecidas na regulamentação, consideram-se infrações graves:

I – não iniciar a exploração do serviço no prazo estabelecido no presente Termo;

II - o não pagamento das taxas ou encargos incidentes sobre o serviço;

III – ofertar serviço com as características do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC), em especial o encaminhamento de tráfego telefônico por meio da rede de SCM simultaneamente originado e terminado nas redes do STFC;

IV – ofertar serviço com as características do Serviço de Radiodifusão ou de Serviço de TV a Cabo, Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS) ou Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH).

## Capítulo XIII - Da Extinção da Autorização

13.1. Extinguir-se-á a Autorização, bem como o presente Termo de Autorização, mediante cassação, caducidade, decaimento, renúncia ou anulação conforme disposto na Lei nº 9.472, de 1997.

13.2. Quando houver perda das condições indispensáveis à expedição ou manutenção da autorização, a Agência poderá extingui-la mediante ato de cassação, assegurado ao interessado neste caso, durante o processo administrativo, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

13.3. A declaração de extinção da Autorização não elidirá a aplicação das penalidades cabíveis pelas infrações praticadas pela AUTORIZADA, de conformidade com o disposto na regulamentação e no presente Termo de Autorização.

## Capítulo XIV - Da Vigência, Eficácia e Foro

14.1. O presente Termo terá vigência e eficácia a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

14.2. Para dirimir eventuais questões futuras relativas a este Termo de Autorização, deverão ser envidados esforços visando à obtenção de solução amigável, somente se devendo recorrer à



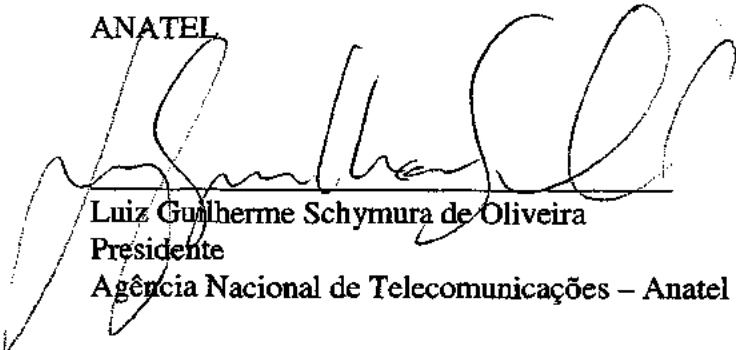
11

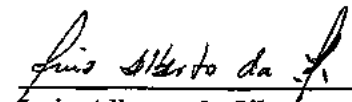
solução judicial, em caso de insucesso dessa via, hipótese em que será, competente o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da Cidade de Brasília, Distrito Federal.

E por assim estarem de pleno acordo com as disposições e condições do presente Termo, as partes o assinam em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas, que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.


Brasília, Distrito Federal, 20 de novembro de 2003.

ANATEL


  
Luiz Guilherme Schymura de Oliveira  
Presidente  
Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel

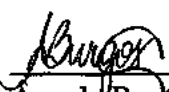
  
Luiz Alberto da Silva  
Conselheiro  
Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel

AUTORIZADA

  
Adriana Mourão Nogueira  
Procuradora  
Bis Telecom Ltda.

TESTEMUNHAS:

  
Dirceu Baraviera  
RG n.º 5.380.723-SSP/SP  
CPF n.º 045.512.308-04

  
Angela Burgos Moreira  
RG n.º 4.523/E-OAB/DF  
CPF n.º 005.895.179-29

PUBLICADO NO  
DOU de 21/01/2004  
Pág. 40 Seq. 3



12	Mini-api - identificacao enterobacterias - id 32 e - p/25 identif.	Biomerieux	14,70
13	Mini-api - identificacao enterobacterias e nao fermentadores - id 32 gn - p/25 identif.	Biomerieux	14,70
14	Mini-api - identificacao estafilococos - id 32 staph - p/25 identif.	Biomerieux	14,70
15	Mini-api - identificacao leveduras - id 32 e - p/25 identif.	Biomerieux	14,70
16	Mini-api - identificacao rapida enterococos e streptococos - rapid id 32 strep - p/25 identif.	Biomerieux	14,70
17	Mini-api - identificacao rapida anaerobios - rapid id 32 a - p/25 identif.	Biomerieux	14,70
18	Mini-api - antibiograma estafilococos - atb staph 5 - p/25 identif.	Biomerieux	14,70
19	Mini-api - antibiograma strep e enterococos - atb strep 5 - p/25 identif.	Biomerieux	14,70
20	Mini-api - antibiograma enterobacterias - atb ur 5 - p/25 identif.	Biomerieux	14,70

21	Mini-api - antibiograma enterobacterias e nao fermentadores - atb gn 5 - p/25 identif.	Biomerieux	14,70
22	Mini-api - antibiograma rápido s. aureus - rapid atb staph - p/25 identif.	Biomerieux	14,70
23	Mini-api - antibiograma enterobacterias - rapid atb ur - p/25 identif.	Biomerieux	14,70

JOÃO CONSTANTINO PAVANI MOTTA  
Diretor-Superintendente

GILBERTO BARICHELLO  
Diretor Administrativo e Financeiro

ROGÉRIO AMORETTI  
Diretor Técnico

(Of. EI. n.º P149103\_85)

**SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE**  
**DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE**  
**ATENÇÃO HOSPITALAR**  
**HOSPITAL GERAL DE BONSUCESSO**  
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 1/2003**

Número do Contrato: 63/2002, N.º Processo: 250042000574/2002. Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE - CNPJ Contratado: 0098036000105. Contratado: AGFA GEVAERT DO BRASIL LTDA. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a Prorrogação do Contrato n.º 63/2002. Fundamento Legal: Inciso II do Artigo 57 da Lei n.º 8666/93 com nova redação dada pela Lei n.º 9648/98. Vigência: 01/01/2004 a 31/12/2004. Valor Total: R\$13.086,20. Fonte: 153000000 - 2004NE900020. Data de Assinatura: 30/12/2003.

(SICON - 20/01/2004) 250042-00001-2003NE900085

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 1/2003**

Número do Contrato: 1/2003, N.º Processo: 250042000873/2002. Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE - CNPJ Contratado: 02351103000121. Contratado: IMPERIAL AMBIENTAL LTDA. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração de Denominação Social, conforme demonstrada na 9ª Alteração do Contrato Social. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e alterações posteriores. Data de Assinatura: 18/12/2003.

(SICON - 20/01/2004) 250042-00001-2003NE900085

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 4/2003**

Número do Contrato: 7/2000, N.º Processo: 250042000280/2000. Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE - CNPJ Contratado: 00464073000134. Contratado: RADIOBRAS EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO S/A. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a Prorrogação do Contrato n.º 7/2000. Fundamento Legal: Inciso II do Artigo 57 da Lei n.º 8666/93 com nova redação dada pela Lei 9648/98. Vigência: 01/01/2004 a 31/12/2004. Valor Total: R\$20.169,60. Fonte: 153000000 - 2003NE903813. Data de Assinatura: 30/12/2003.

(SICON - 20/01/2004) 250042-00001-2003NE900085

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 4/2003**

Número do Contrato: 58/2000, N.º Processo: 250042001309/2000. Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE - CNPJ Contratado: 31012479000100. Contratado: TECSO INFORMATICA LTDA. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a Prorrogação do Contrato n.º 58/2000. Fundamento Legal: Inciso II do Artigo 57 da Lei n.º 8666/93 com nova redação dada pela Lei 9648/98. Vigência: 01/01/2004 a 31/12/2004. Valor Total: R\$20.169,60. Fonte: 153000000 - 2003NE903813. Data de Assinatura: 30/12/2003.

(SICON - 20/01/2004) 250042-00001-2003NE900085

**INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATO-ORTOPEDIA**  
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 1/2004**

Número do Contrato: 4/2003, N.º Processo: 2500571733/2002. Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE - CNPJ Contratado: 002070712000185. Contratado: CONSERVADORA DE ELEVADORES OMEGALTD. Objeto: O presente TERMO ADITIVO tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato n.º 004/2003, assinado em 17/07/2003, para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de 09 (nove) elevadores das marcas KONE, OTIS, ELBO e ATLAS, instalados no Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia - INTO, com fornecimento de peças, complementando o período de 12 (doze) meses inicialmente previsto para a contratação. Fundamento Legal: Art. 57, Inciso II da Lei n.º 8666/93. Vigência: 01/01/2004 a 17/07/2004. Valor Total: R\$26.136,20. Data de Assinatura: 31/12/2003.

(SICON - 20/01/2004) 250057-00001-2004NE900081

**Ministério das Cidades**

**EMPRESA DE TRENS URBANOS**  
**DE PORTO ALEGRE S/A**

**AVISO DE REVOGAÇÃO**  
**PREGÃO N.º 79/2003**

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A torna pública a revogação deste processo licitatório, com base no artigo 49, da lei 8.666/93, consolidada.

Porto Alegre, 19 de janeiro de 2004  
VERA LÚCIA L.CARDOSO  
Chefe do Setor de Compras

**RETIFICAÇÃO**

No AVISO DE REVOGAÇÃO - CONVITE n.º 38/2003, publicado no DOU de 19.01.04, seção 3, pág. 57, onde lê-se: "CONVITE", leia-se: "PREGÃO".

No AVISO DE INEXIGIBILIDADE, publicado no DOU de 13.01.04, seção 3, pág. 48, onde lê-se: "33.989,00", leia-se: "39.160,00".

No EXTRATO DE CONTRATO, publicado no DOU de 23.12.2003, seção 3, pág. 101, onde lê-se: "EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.º 01.110.005/2002-A", leia-se: "EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.º 01.110.005/2002-B".

**Ministério das Comunicações**

**GABINETE DO MINISTRO**

**EXTRATOS DE CONTRATOS**

PARTES: União e a WRT - Organização de Radiodifusão Ltda. ESPÉCIE: Contrato de Adesão de Permissão outorgada por meio da Portaria n.º 641, de 24 de outubro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2001.

OBJETO: Execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Arapongas, Estado do Paraná. VIGÊNCIA: O contrato tem vigência de 10 (dez) anos e entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial da União. DATA E ASSINATURA: 16 de novembro de 2003. Miro Teixeira - Ministro de Estado das Comunicações, e Marcelo Ricardo Ferreira - Procurador da WRT - Organização de Radiodifusão Ltda.

PARTES: União e a WRT - Organização de Radiodifusão Ltda. ESPÉCIE: Contrato de Adesão de Permissão outorgada por meio da Portaria n.º 641, de 24 de outubro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2001.

OBJETO: Execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Cambé, Estado do Paraná. VIGÊNCIA: O contrato tem vigência de 10 (dez) anos e entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial da União. DATA E ASSINATURA: 16 de novembro de 2003. Miro Teixeira - Ministro de Estado das Comunicações, e Marcelo Ricardo Ferreira - Procurador da WRT - Organização de Radiodifusão Ltda.

PARTES: União e a Rádio Rio Pontal FM Ltda. ESPÉCIE: Contrato de Adesão de Permissão outorgada por meio da Portaria n.º 1094, de 26 de junho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 1.º de julho de 2002.

OBJETO: Execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Afrânio, Estado de Pernambuco. VIGÊNCIA: O contrato tem vigência de 10 (dez) anos e entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial da União. DATA E ASSINATURA: 16 de dezembro de 2003. Miro Teixeira - Ministro de Estado das Comunicações, e José Cavalcanti Rodrigues - Procurador da Rádio Portal FM Ltda.

PARTES: União e a FM Castro Alves Ltda. ESPÉCIE: Contrato de Adesão de Permissão outorgada por meio da Portaria n.º 642, de 24 de outubro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2001.

OBJETO: Execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Castro Alves, Estado da Bahia. VIGÊNCIA: O contrato tem vigência de 10 (dez) anos e entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial da União. DATA E ASSINATURA: 16 de outubro de 2003. Miro Teixeira - Ministro de Estado das Comunicações, e João Alfredo de Freitas Leão - Sócio-Gerente da FM Castro Alves Ltda.

**AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES**

**EXTRATOS DE AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO**

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO PVST/SPV N.º 149/2003-ANATEL, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003

PARTES: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel e Bis Telecom Ltda. ESPÉCIE: Termo de Autorização. OBJETO: Autorização para prestação, em regime privado, do Serviço de Comunicação Multimídia, de interesse coletivo, em âmbito nacional e internacional, tendo como área de prestação do serviço o território nacional. A

Autorização é expedida a título oneroso, nos termos do art. 48 da LGT, sem caráter de exclusividade, por prazo indeterminado.

SIGNATÁRIOS: Pela ANATEL: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira - Presidente e Luiz Tito Cerasoli - Conselheiro. Pela AUTORIZADA: Adriana Mourão Nogueira - Procuradora.

EXTRATO DO TERMO PVST/SPV N.º 144/2003 - ANATEL, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2003

PARTES: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel e Datavia Serviços de Telecomunicações e Serviços Ltda. ESPÉCIE: Termo de Autorização. OBJETO: Autorização para prestação, em regime privado, do Serviço de Comunicação Multimídia, de interesse coletivo, em âmbito nacional e internacional, tendo como área de prestação do serviço todo o território nacional. A autorização é expedida a título oneroso, nos termos do art. 48 da LGT, sem caráter de exclusividade, por prazo indeterminado. SIGNATÁRIOS: Pela ANATEL: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira - Presidente e Luiz Alberto da Silva - Conselheiro. Pela AUTORIZADA: Otto Sérgio Eder - Procurador.

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO PVST/SPV N.º 141/2003-ANATEL, DE 31 DE OUTUBRO DE 2003

PARTES: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel e Brasilite Serviços em Internet Ltda. ESPÉCIE: Termo de Autorização. OBJETO: Autorização para prestação, em regime privado, do Serviço de Comunicação Multimídia, de interesse coletivo, em âmbito nacional e internacional, tendo como área de prestação do serviço o território nacional. A Autorização é expedida a título oneroso, nos termos do art. 48 da LGT, sem caráter de exclusividade, por prazo indeterminado. SIGNATÁRIOS: Pela ANATEL: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira - Presidente e Luiz Alberto da Silva - Conselheiro. Pela AUTORIZADA: Mário Jorge da Silveira Junqueira - Diretor.

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO PVST/SPV N.º 137/2003 PARTES: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel e TV Eucalipto Ltda. ESPÉCIE: Termo de Autorização. OBJETO: Autorização para prestação, em regime privado, do Serviço de Comunicação Multimídia, de interesse coletivo, em âmbito nacional e internacional, tendo como área de prestação os municípios de Cubatão, Diadema, Guarulhos, Mauá, Praia Grande, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Caetano, São José dos Campos, São Paulo e São Vicente, todos pertencentes ao estado de São Paulo. A Autorização é expedida a título oneroso, nos termos do art. 48 da LGT, sem caráter de exclusividade, por prazo indeterminado. SIGNATÁRIOS: Pela ANATEL: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira - Presidente e José Leite Pereira Filho - Conselheiro. Pela AUTORIZADA: Isabella Aita Maciel de Sá e Ana Paula de Almeida Santos - Procuradoras.

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO PVST/SPV N.º 148/2003-ANATEL, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2003 PARTES: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte. ESPÉCIE: Termo de Autorização. OBJETO: Autorização para prestação, em regime privado, do Serviço de Comunicação Multimídia, de interesse coletivo, em âmbito nacional e internacional, tendo como área de prestação do serviço o território nacional. A Autorização é expedida a título oneroso, nos termos do art. 48 da LGT, sem caráter de exclusividade, por prazo indeterminado. SIGNATÁRIOS: Pela ANATEL: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira - Presidente e Luiz Alberto da Silva - Conselheiro. Pela AUTORIZADA: Domingos Sávio dos Reis - Procurador.

EXTRATO DO TERMO PVST/SPV N.º 113/2003 - ANATEL, DE 15 DE SETEMBRO DE 2003 PARTES: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel e Intelig Telecomunicações Ltda. ESPÉCIE: Termo de Autorização. OBJETO: Autorização para prestação, em regime privado, do Serviço de Comunicação Multimídia, de interesse coletivo, em âmbito nacional e internacional, tendo como área de prestação do serviço todo o território nacional. A autorização é expedida a título oneroso, nos termos do art. 48 da LGT, sem caráter de exclusividade, por prazo indeterminado. SIGNATÁRIOS: Pela ANATEL: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira - Presidente e Antônio Carlos Valente da Silva - Conselheiro. Pela AUTORIZADA: Leo Julian Simpson e Alain Stephane Riviere - Diretores.

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO PVST/SPV N.º 132/2003-ANATEL, DE 13 DE OUTUBRO DE 2003

PARTES: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel e Farolbr Networks Ltda. ESPÉCIE: Termo de Autorização. OBJETO: Autorização para prestação, em regime privado, do Serviço de Comunicação Multimídia, de interesse coletivo, em âmbito nacional e internacional, tendo como área de prestação do serviço o território nacional. A Autorização é expedida a título oneroso, nos termos do art. 48 da LGT, sem caráter de exclusividade, por prazo indeterminado. SIGNATÁRIOS: Pela ANATEL: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira - Presidente e Antônio Carlos Valente da Silva - Conselheiro. Pela AUTORIZADA: Leo Julian Simpson e Alain Stephane Riviere - Diretores.

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO PVST/SPV N.º 132/2003-ANATEL, DE 13 DE OUTUBRO DE 2003

PARTES: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel e Farolbr Networks Ltda. ESPÉCIE: Termo de Autorização. OBJETO: Autorização para prestação, em regime privado, do Serviço de Comunicação Multimídia, de interesse coletivo, em âmbito nacional e internacional, tendo como área de prestação do serviço o território nacional. A Autorização é expedida a título oneroso, nos termos do art. 48 da LGT, sem caráter de exclusividade, por prazo indeterminado. SIGNATÁRIOS: Pela ANATEL: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira - Presidente e Antônio Carlos Valente da Silva - Conselheiro. Pela AUTORIZADA: Leo Julian Simpson e Alain Stephane Riviere - Diretores.



# DOCUMENTO MUNICIPAL DE LICENÇA - DML

## ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO - Pessoa Jurídica

Nº do Alvará: 2019029868 Data Concessão: 04/09/2019 Data de Validade: 04/09/2024

Nº do Processo de Concessão: Emitido pela internet

SITUAÇÃO: Ativo Responsável: Gerência de Licenciamento de Atividades Econômicas

Ateste a validade deste documento no endereço eletrônico: [alf.siatu.pbh.gov.br](http://alf.siatu.pbh.gov.br)

## DADOS DO LICENCIADO

CNPJ: 01.492.641/0001-73 Inscr. Municipal: 0.129.089/001-0 Data de Registro: 03/09/2019

Razão Social: CENTURY TELECOM LTDA

Nome Fantasia:

O local é residência de um dos sócios da empresa: Não

## DADOS DO IMÓVEL

Área utilizada(m²): 300,00

### Endereço

Logradouro: RUA TENENTE GARRO

Nº: 118

Complemento: ANDAR:14;

Bairro: SANTA EFIGENIA

Município: Belo Horizonte

CEP: 30240-360

Índice Cadastral do IPTU: 108005A017 0028

Tipo de imóvel constante no IPTU: SALA

Permissividade da Via: Vias de Caráter Misto

Regional: LESTE - L3

Zoneamento: ZA - ZONA ADENSADA

Class.Via: COLETORA

ADE: não inserido

10m <= LARGURA DA VIA < 15m

## ATIVIDADES

Código	Descrição	Subcategoria	Tipologia
619060100	PROVEDORES DE ACESSO AS REDES DE COMUNICACOES - Não exercida no local	SERVIÇO	
422190500	MANUTENCAO DE ESTACOES E REDES DE TELECOMUNICACOES - Não exercida no local		Não prevista na lei
432150000	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA - Não exercida no local	SERVIÇO	Serviços técnico- profissionais
461849900	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO ESPECIALIZADO EM PRODUTOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE - Não exercida no local	SERVIÇO	Serviços técnico- profissionais
611080300	SERVICOS DE COMUNICACAO MULTIMIDIA - Não exercida no local	SERVIÇOS DE USO COLETIVO	Serviços públicos
619069902	OUTRAS ATIVIDADES DE TELECOMUNICACOES NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EXCETO OS SERVICOS DE CONEXAO A REDES DE TELECOMUNICACOES - Não exercida no local	SERVIÇOS DE USO COLETIVO	Serviços públicos
620230000	DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZAVEIS (Grupo I)	SERVIÇO	Serviços técnico- profissionais
620400000	CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO (Grupo I)	SERVIÇO	Serviços técnico- profissionais
711200000	SERVICOS DE ENGENHARIA - Não exercida no local	SERVIÇO	Serviços técnico- profissionais
773310000	ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIOS - Não exercida no local	SERVIÇO	Locação de objetos pessoais, domésticos, máquinas e equipamentos
611080100	SERVICOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA - STFC - Não exercida no local	SERVIÇOS DE USO COLETIVO	Serviços públicos

## ATIVIDADES AUXILIARES

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
A	Escritório / sede administrativa de empresa (Grupo II)

## CONDIÇÕES GERAIS PARA FUNCIONAMENTO

- Para o funcionamento, deverão ser atendidas as normas sanitárias, ambientais, de segurança e de acessibilidade.
- Havendo alteração de atividades, área utilizada ou endereço do estabelecimento, deverá ser providenciado novo Alvará de Localização e Funcionamento.
- Em caso de edificação condominial, o atendimento ao disposto na convenção de condomínio e no código civil é de total responsabilidade do licenciado.
- Em imóveis do patrimônio público, é necessária a apresentação de Termo de Permissão de uso emitido pelo órgão proprietário do imóvel.
- Caso sejam utilizados lotes lindeiros a outro(s) logradouro(s), deverá ser verificada a possibilidade de aplicação do Art. 71-B da Lei 7.166/96, alterado pelo Art. 64 da lei 9.959/2010.
- A emissão de ruídos, sons e vibrações deverão obedecer às determinações da Lei 9.505/2008.
- A área utilizada deve ser compatível com o exercício da atividade, não sendo admitida a utilização de espaço público para o exercício da mesma.
- Os endereços dos imóveis de Belo Horizonte estão sendo consolidados desde janeiro/2012. Caso seja necessário, o endereço constante nesse documento poderá ser alterado, conforme Art. 41 da Lei Municipal n.º 9.691 de 19/01/2009.
- "Este empreendimento poderá participar do Programa de Certificação em Sustentabilidade Ambiental de Belo Horizonte. Maiores informações no sítio do Programa de Certificação ([cesa.pbh.gov.br](http://cesa.pbh.gov.br)), no Portal de Serviços (<http://portaldeservicos.pbh.gov.br>), no Sistema de Atendimento ao Cidadão - SACWeb e/ou através do telefone 156."
- Proibida a utilização e/ou comercialização de qualquer produto em vias e logradouros públicos.
- A instalação de engenho de publicidade (placas ou similares), em estabelecimentos não residenciais, depende de licenciamento prévio junto à Prefeitura, conforme Art. 281 do Código de Posturas, Lei 8.616/03.
- A instalação de toldos no afastamento frontal ou no passeio depende de licenciamento prévio junto à Prefeitura, conforme Art. 84 do Código de Posturas, Lei 8.616/03.

